

MEMÓRIA INSTITUCIONAL, ESQUECIMENTO E IDEOLOGIA: APROXIMANDO-SE DO IMAGINÁRIO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO.

Investigação em curso e discussão teórica sobre imaginário/organização do ensino superior
GT 6 - Imaginarios sociales, memoria y pos-colonialidad
Evson Malaquias de Moraes Santos¹
Talita Maria Soares da Silva²

Pretendemos apresentar documentos administrativos de alguns órgãos colegiados (Conselho Universitário e Assembleia Universitária), as Comissões Designativas (Sindicância) impostas pelo golpe militar de 64 para a memória e história da UFPE (Brasil); introduzir uma discussão teórica que permita analisar o silêncio, a lembrança e a memória manipulada da instituição; e, indicar uma agenda de pesquisas científicas. Acreditamos que a história é poética, que cria seu “mundo como seu mundo, ou seu mundo como o mundo, e instituindo-se como parte deste mundo”. Assim, exige-nos reflexão e compreensão da instauração do ser social como produto do social-histórico em que estão estabelecidas as instituições – inclusive as científicas. A genealogia pode ser feita nessas instituições no Brasil e na América Latina – produtoras de saberes colonizadores.

Palavras-chave: Instituição imaginária – Memória/Esquecimento/ideologia – Ensino Superior no golpe militar de 64.

Este artigo visa apresentar as fontes, as condições e a importância dos documentos administrativos de alguns órgãos colegiados (Conselho Universitário e Assembleia Universitária), as Comissões Designativas (Sindicância) impostas pelos militares, resoluções do Conselho Universitário para a memória e história da UFPE. Pretende, também, introduzir uma discussão teórica que permita analisar o *silêncio institucional* sobre esses documentos. Além de indicar uma agenda de pesquisas científicas sobre os documentos já sistematizados e publicados.

Relegados ao empacotamento e engavetamento, os documentos administrativos do Conselho Universitário, raridades que registram momentos importantes da vida desta instituição, ficam apenas guardados, escondidos dos olhares do cidadão e dos pesquisadores em geral – e aos sabores da destruição do tempo, que é infalível. Essa invisibilidade expressa(va) sua desvalorização como fonte e amostra de pesquisa científica. Procuraremos demonstrar o quanto essa percepção e essa prática são “equivocadas”, pois a riqueza desses documentos como fontes de pesquisa científica abre um leque inimaginável de conhecimento de nossa instituição.

A instituição educacional se faz existir por portarias, normas e leis, e por pessoas e classes e que são chamadas constantemente a decidir rumos, caminhos e solucionar conflitos inerentes ao tempo sócio-histórico vigente. Se parte dessas ações ficam registradas na memória dos seus partícipes, ou em documentos não oficiais, outras são materializadas nesses dispositivos elencados anteriormente. Ficam elencadas, também, nas sucessões eleitorais que registram o processo de consenso e dissenso de um corpo com vários grupos em disputas. Como disse Mary Douglas, a instituição pensa.

Se constantemente, certos assuntos são esquecidos, outros são abusivamente lembrados e comemorados. É o que Ricœur (2007) chama de “memória manipulada” e “abuso de memória”. Estes estão determinados pela ideologia. Conforme ele, “a ideologização da memória torna-se possível pelos

¹ Professor do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional da UFPE.

² Professora substituta do Departamento Sócio-Filosófico da Educação da UFPE.

recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa” e esta última “contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação” (Ricœur, 2007, p.98).

A dominação não se limita a coerção, argumenta Ricœur. A ideologia como mais-valia que agrega crença aos “dominados”, recorrem-se a uma textura de “narrativas de fundação, narrativas de glória e de humilhação”. Essa memória imposta, termina por se tornar autorizada, oficial, “história aprendida e celebrada publicamente”. “À memorização forçada”, argumenta o autor, “somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (Ricœur, 2007, p.98).

Se a ideologização é praticada pelas gestões administrativas das instituições do ensino superior, principalmente, nos momentos das comemorações e celebrações de suas fundações e origens, a nós pesquisadores, caberão o distanciamento crítico, reflexão e o rigor teórico-metodológico. Desconstruir essas celebrações míticas de origens é papel nosso do pesquisador institucional favorecendo um olhar autônomo diante do fenômeno social.

A pesquisa sobre memória institucional implica não somente a descrição da cronologia de temas e assuntos, mas um voltar sobre a alma da instituição, fragmentada em diversos documentos administrativos, na arquitetura, nos seus espaços físicos e na memória oral.

Se há a “memória manipulada”, há de existir, também, a “memória obrigada”, que diz respeito ao “dever de memória”. Conforme Ricœur (2007), recorrendo a Aristóteles, o dever de memória “é o dever de fazer a justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”. Além dessa questão, há a “dívida”, que diz respeito à “herança”, ou seja, “somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam”. Sendo assim, “o dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros” (Ricœur, 2007, p.101). Isso quer dizer que o estudo da memória implica uma questão ética com aqueles que precederam.

A genealogia e a arqueologia da UFPE precisam ser feitas. A genealogia pode e deve ser feita nas instituições do ensino superior no Brasil e na América Latina. Precisamos ir ao encontro dos seus mitos, dos seus símbolos e do seu fazer histórico concreto que moldam e fazem figuras e formas. Desfazer esquecimento, sombras, produzir lembranças (críticas) é papel da instituição científica. Olhar pra si de forma crítica, reconhecer-se no fazer (e no esquecer). Como bem disse Flávio Brayner, na sua apresentação do livro “A primeira greve estudantil da UFPE”,

“uma Universidade que é capaz de praticar isto – e permitir que o trabalho historiográfico assim se exerça, sem constrangimentos – exprime com clareza que uma instituição que se supõe democrática é aquela que está disposta a VER, quer dizer, quer enxergar e focalizar os preconceitos sociais e ajudar a sociedade a digerir-los e, por outro lado, se DEIXA VER, permite que seus próprios preconceitos e desmandos sejam vistos e lembrados” (Brayner, 2010, p.18)

Assim, organizamos nosso texto numa breve exposição teórica sobre: a instituição enquanto função (organização) e imaginário; os reitorados e os tempos históricos correspondentes; as agendas de pesquisa científica.

1. Instituição social: esquecimentos, lembranças e poiésis

As instituições acometem-se do “esquecimento” pela “compulsão à repetição”, o que poderíamos caracterizar como “memória enferma” que torna-se “memória impedida”. Após busca em Freud (nos estudos sobre melancolia, luto, transferência, analista, analisado) para fazer seu estudo sobre o aspecto “natural da memória”, dos aspectos patológicos da memória, Ricœur (2007) nos adverte para o caráter da violência na sociedade: “Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são

essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro”. Ele conclui: “o *excesso de memória* lembra muito a *compulsão de repetição*” (Ricceur, 2007, p.92).

As instituições em algumas questões lembram e fazem questão de ser lembradas, para outras, sombreiam quando “nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados” (Douglas, 1998, p.75). Na verdade, segundo a autora, as instituições produzem “amnésia estrutural”. Há objetos/coisas/nomes que podem ser lembrados e outros não. A lembrança de algo está associada ou, melhor dizendo, “depende de um sistema mnemônico que é toda ordem social”. Assim, as instituições dirigem e controlam a memória – exercem uma forte pressão para que nomes, coisas ou alguma coisa não sejam lembrados. Para que qualquer sistema operativo possa operar, “certas coisas precisam ser esquecidas” (Douglas, 1998. Pp. 78, 79, 81).

Só há esquecimento porque há rastros – e para o historiador os rastros são os documentos escritos e os seus arquivos. E essa questão nos diz respeito sobre sua relação com a história: “o esquecimento é emblemático da vulnerabilidade de toda a condição histórica”. Para a apreensão desse passado, recorrendo a Marc Augé, em seus estudos antropológicos dos rituais, Ricceur (2007) observa, citando-o:

“Para retornar ao passado, diz ele, é preciso esquecer o presente, como nos estados de possessão. Para reencontrar o presente, é preciso suspender os vínculos com o passado e com o futuro, como nos jogos de inversão de papéis. Para abraçar o futuro, é preciso esquecer o passado num gesto de inauguração, de início, de recomeço, como nos ritos de iniciação. E ‘é sempre no presente, finalmente, que o esquecimento se conjuga’” (Ricceur, 2007, p.510)

Mas as instituições não somente operam o esquecimento, a lembrança ou bloqueiam a curiosidade – no dizer de E. Enriquez, o *imaginário motor* é combatido sistematicamente-, mas classificam, criam rótulos sobre pessoas e grupos. Quando a instituição alcança um novo nível de atividade econômica, que recorrentemente se utiliza de metáforas da divisão do trabalho, “novas formas de classificação devem ser conceituadas, mas as pessoas não controlam individualmente a classificação” (Douglas, 1998, p.107).

Se há bloqueio à memória, produzindo esquecimento; se há produção de classificação e de rótulo imposto aos indivíduos, não é suficiente para sua existência. Ela travará uma luta permanente e intensa – a nosso ver, não explicitado pela autora, numa sociedade de classe, hierarquizada – contra a morte, estabelecendo “os princípios de justiça”. Estes se referem à instância da “legitimidade”. As instituições recorrem intensivamente ao mundo sagrado para se produzir reproduzindo-se legitimamente: não admitindo emotivamente ataques aos seus símbolos, imagens e pai fundador (Douglas, 1998, Enriquez, 1997; Castoriadis, 2000).

Mas, se por um lado, há esta dimensão funcional de toda organização e instituição, há uma outra, não valorizada por Mary Douglas, que é a da criação histórica, ou seja, a dimensão imaginária social que cria seu “mundo como seu mundo, ou seu mundo como o mundo, e instituindo-se como parte deste mundo” (Castoriadis, 2000). Isto nos traz a responsabilidade da reflexão e da compreensão da instauração do ser social como produto poético do social-histórico em que estão estabelecidas as instituições, e estas, ao mesmo tempo, são as criadoras de seu tempo.

A compreensão lúcida das instituições implica compreender a temporalidade instituída como parte do processo e do fazer poético desta temporalidade que se faz fazendo. Assim, numa ordem social concreta, social-cultural-político-ideológica, as instituições desenvolvem lógicas distintas, observa Mary Douglas: “quando mais a organização social for um grupo latente, consciente dos problemas organizacionais (...), mais seus membros invocarão uma história de perseguições e

resistência. A sociedade competitiva exalta seus heróis, a hierarquia exalta seus patriarcas e a seita, seus mártires” (Douglas, 1998, p.86).

Assim, podemos levantar algumas questões entre tantas outras, para refletirmos e dialogarmos com a nossa Universidade: Quais têm sido a prática e o tempo poético dos grupos e membros da Universidade do Recife, hoje UFPE, que vem sendo instaurados ao longo dos anos? Quais personagens emergiram da fundação da Universidade: heróis, patriarcas ou mártires? Qual o significado de mito fundador em Joaquim Amazonas, cujo aniversário a Universidade realiza ritualisticamente? Quais processos são causas de estabilização desta Universidade como instituição universitária? Em que momento e como se instaurou o imaginário social de Universidade científica – e não simples agregação de faculdades com seus pais fundadores conduzindo suas identidades? Essas questões, certamente, serão respondidas quando a instituição não conseguir mais “bloquear” as lembranças e memórias materializadas em símbolos arquitetônicos, esculturas, placas, rituais comemorativos e nos documentos administrativos. Acordar ou, melhor, afastar a sombra que impede a luminosidade de emergir para identificar outros sujeitos e caminhos escondidos na escuridão das salas dos trabalhos administrativos – e com mais precisão, nos “arquivos mortos” da burocracia, no sentido weberiano – é o que procuramos, colaborando com pequenos feixes de luzes através da identificação, caracterização e sistematização de alguns documentos administrativos da Universidade.

2. Os reitorados e os seus documentos

O projeto de pesquisa em vigor se estende a quatro reitorados e a um vice-reitorado em exercício: Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas – agosto de 1946 a agosto de 1959; João Alfredo Gonçalves da Costa Lima – agosto de 1959 a junho de 1964; Murilo Humberto de Barros Guimarães – agosto de 1964 a agosto de 1971; Marcionilo de Barros Lins – agosto de 1971 a agosto de 1975; Newton Maia – julho de 1964 a agosto de 1964, vice-reitor em exercício.

No reitorado de Joaquim Amazonas, que durou 12 anos, as atas do Conselho Universitário estão reunidas em 3 volumes, as da Assembleia Universitária, em 2 volumes, e as da Comissão Designativa, em 1 volume. No de João Alfredo, com quase cinco anos de duração, as atas do Conselho Universitário estão reunidas em 1 volume, as da Assembleia universitária, em 1 volume, e as da Comissão Designativa, em 1 volume. No de Murilo Guimarães, que durou sete anos, as atas do Conselho Universitário estão reunidas em 3 volumes, as da Assembleia Universitária, em 1 volume, e as da Comissão Designativa, em 1 volume. No de Marcionilo Lins, com quatro anos de duração, as atas do Conselho Universitário estão reunidas em 2 volumes, as da Assembleia Universitária, em 1 volume; quanto à Comissão Designativa, não encontramos registros delas. No vice-reitorado em exercício de Newton Maia, de dois meses, registramos no mesmo volume de atas do de João Alfredo.

Ainda constam atas de reunião conjunta do Conselho Universitário com o Conselho de Curadores, com 1 volume; atas da Comissão Designativa, com 1 volume; atas de frequência (não tratadas em nossa pesquisa).

Joaquim Amazonas conviveu com ares mais “democráticos”, pegando a redemocratização pós-Estado Novo e retornando ao populismo e desenvolvimentismo populista (Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek). Coube-lhe o papel de estruturar e arquitetar a Universidade. Até onde sabemos, Joaquim Amazonas teve que enfrentar três greves: uma estudantil, em 1947; uma em 1951, dos docentes da Faculdade de Filosofia de Pernambuco; e outra, em 1953, dos estudantes contra as aulas teóricas. João Alfredo, também, pega os ares democráticos, ou parte deles, mantendo a mesma estrutura organizacional de Joaquim Amazonas, mas se insere num projeto de Universidade Popular pelo SEC, na parceria com Paulo Freire, e, ao mesmo tempo, cria o Instituto de Ciências do Homem com feição mais acadêmica. Com a emergência do golpe, renuncia ao cargo de reitor. Antes, o Governo Revolucionário, como se autodenominava, instituiu Comissão de Sindicância em todas as universidades para investigar os servidores que se opunham a esse governo – o reitor João Alfredo

estabeleceu a sindicância. Já os reitores subsequentes, Murilo Guimarães e Marcionilo Lins, conviverão sob o auspício dos militares. A reforma do ensino superior – em seu conteúdo e forma organizacional – se dará nesses reitorados pesquisados. A Assembleia Universitária e a figura dos catedráticos são extintas; criam-se as Pró-Reitorias. Discursos de modernização e cientificização são a tônica. Protestos, greves e oposição ao governo serão comuns no interior da Universidade.

2.1 Reitorados de Joaquim Amazonas e de João Alfredo

O reitorado de Joaquim Amazonas foi o mais longo de todos – 12 anos. Figura importante na época, e até hoje, apresentado imaginária e ritualisticamente como Pai fundador da Universidade do Recife/UFPE, conduzia os destinos desta, quase sem contraposição. Quase. Se até hoje a imprensa e os discursos oficiais apresentam a fundação desta Universidade como harmônica e sem conflitos, guiada por seu Mestre³, sabemos, hoje, que não se deu bem assim. Nas atas, irá surgir um personagem que se contraporá decididamente, na Assembleia Universitária e na imprensa ao reitor Joaquim Amazonas, o médico Arsênio Tavares.

Se a escolha de Joaquim Amazonas como reitor não foi consensual, a criação da Universidade⁴, também, não foi consenso. A imprensa publicou conflitos com esse professor-médico e matéria sobre a preocupação dos estudantes - que estudavam nas Faculdades que não se enquadravam entre as fundadoras desta Universidade – acerca da sua fundação. As disputas entre as faculdades – particularmente, a de Medicina – marcaram época. Não somente a fundação, mas também a criação do estatuto foram temas que geraram conflitos que ultrapassaram as paredes do Conselho Universitário. A Congregação da Faculdade de Direito, tanto na reunião do Conselho Universitário quanto na imprensa, acusou o reitor de querer centralizar poder e modificar o estatuto sem conhecimento desse Conselho. Quanto a este tema, o *discurso atual* precisa ser refeito, e aprofundado, no aspecto político e histórico-institucional. Não se pode ou não se deve apresentar mais a fundação da Universidade como momento harmônico e triunfante.

Outro reitor, que tem seu reitorado representado positivamente e não-conflituoso internamente, é o de João Alfredo⁵ - apesar de seu reitorado ser marcado pelo golpe militar. Contudo, este terá um docente que irá se contrapor firmemente ao médico, professor e reitor João Alfredo: o médico Antonio Figueiras. Possivelmente, Figueiras será um opositor convicto pelo motivo de ter sido eleito pelo Conselho como o mais votado da primeira lista e de o escolhido pela Presidência da República para ser reitor ter sido o professor João Alfredo. Acreditamos que esta mágoa, adicionada a outras questões de poder no interior da Universidade, o motivará a se destacar na oposição.

Seguidos os conflitos, no período de Joaquim Amazonas, a instituição Universidade do Recife passará por uma letargia e harmonização no quadro docente. Ou seja, a estabilização organizacional manterá predominância. Isto significa que, possivelmente, as resistências internas foram dominadas e as vozes contrárias à sua criação foram derrotadas politicamente. A questão a saber talvez seja: em que circunstâncias, quais forças, movimentos, em que período conseguiram criar efetivamente o “espírito universitário”, uma vez que a Universidade emergiu de uma “junção” de algumas Faculdades já consolidadas – e algumas resistências eram notórias?

³ Vários pesquisadores e políticos vêm contribuindo para a construção dessa imagem, certamente, mítica: “Timoneiro” (Manoel Correia de Andrade); “a UR se confunde com Joaquim Amazonas” (Palhares Moreira Reis); “Mestre” (deputado Fábio Correia); “grande vulto e imponente pose reitoral” (Ruy João Marques).

⁴ O professor de medicina, Arsênio Tavares, faz duras críticas à criação da Universidade – particularmente a como ela foi criada: nos bastidores por Joaquim Amazonas.

⁵ Paulo Freire parabeniza a gestão de João Alfredo na Reitoria pelos avanços conquistados à Universidade.

2.2 Agenda de pesquisas científicas

Apresentaremos, agora, uma provável agenda de pesquisas a ser efetivadas a partir do que já pesquisamos nas documentações da Universidade; numa certa perspectiva teórica, podemos indicar: poder e disputas nas organizações colegiadas: eleições para reitor e diretor dos cursos; sanções como regulamentação educacional; as implicações político-educacionais do golpe militar no interior da Universidade; rituais de homenagens pelo Conselho Universitário – títulos honoríficos e votos de pesar; financiamento da Universidade; missão, finalidade e organização: reforma dos estatutos e regimentos; a extensão universitária: concepção, prática e inserção; a construção do campus universitário: processo, disputa, escolha e concepção; reforma curricular; profissionalização docente; e não podemos deixar de elencar como questões importantíssimas: a fundação da Universidade e Joaquim Amazonas como seu mito fundador, etc. Vejamos agora com mais descrição.

Alguns temas sobre a política e as relações internas provavelmente serão encontrados no rico material sistematizado dos livros “O reitorado de Joaquim Amazonas ...” e “Atas do Conselho Universitário...”. O processo sucessório nos órgãos colegiados (reitores e vice-reitores, curadores, presidente e vice-presidente etc) merece uma atenção especial. Este estudo dará a dimensão da distribuição do poder, da identificação das forças, dos mecanismos para agregar força nesse momento, das acomodações e interesses, mostrando, assim, o limite de mudanças e o processo de construção identitária da instituição na medida em que grupos que controlam o processo sucessório conseguem impor uma representação e política efetiva, moldando, estabelecendo figuras institucionais.

Quanto à questão do poder interno à Universidade, mereceriam estudo, também, as questões de punição aos membros da comunidade educacional. Encontramos, nas atas de Joaquim Amazonas, punições aos estudantes de Engenharia – interposto contrário pelo D.A. da Escola à punição – em 14 de maio de 1954- e, em 18 de maio de 1955, aos estudantes de Medicina; aos servidores, em 11 de maio de 1957, pela Faculdade de Direito.

Se os dispositivos administrativos e normativos eram utilizados contra estudantes, estes, em vários momentos da vida universitária, foram sujeitos políticos impondo constrangimentos políticos à ordem catedrática. Mal a Universidade foi criada, os estudantes entram em greve em 9 de setembro de 1947. Na ata do Conselho Universitário de maio de 1953, registra-se a greve dos estudantes contra a obrigação da aula teórica. Ainda no reitorado de Joaquim Amazonas, uma greve chama a atenção: a greve dos docentes da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. No dia 28 de novembro de 1951, a Congregação se reuniu e deliberou pela greve contra a Lei 23/1951 que se encontrava no Congresso Nacional – os estudantes de Filosofia, no Rio de Janeiro, já se encontravam em greve. Já no reitorado de João Alfredo, uma greve poderosa paralisa a Universidade, recebe apoios de outros estados e apresenta-se como greve nacional (conferir as atas de 19 de junho de 1961 e 10 de agosto de 1962).

Merece um estudo melhor a sucessão de João Alfredo, que abdica da função de reitor por pressão dos militares – e de seus aliados, entre eles, Gilberto Freyre -, e o professor Newton Maia assume temporariamente, por dois meses, a Reitoria. Para a constituição da Comissão de Sindicância, em face da Portaria no. 1 do Comando Supremo da Revolução, com prazo de 10 dias, conforme a ata de 27 de abril de 1964, o Conselho Universitário nomeia docentes e estabelece prazos. (cf anexo):

No dia 28 de abril de 1964, realiza-se a primeira reunião da Comissão de Sindicância, que solicita um assessor civil, Bel. Nildo Carneiro Leão, e um militar, sendo oficiada ao IV Exército a solicitação de um oficial. Foram solicitados, também, à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando do IV Exército, os inquéritos e sindicâncias contra os servidores públicos. Os diretores das Escolas, Faculdades e Institutos foram solicitados a informar sobre servidores que sofreram algum inquérito em processo ou já concluído.

Mas não somente momento de forças viveu a Universidade nos aspectos políticos – ela também fez (e faz) muito política. Nas atas, uma questão que nos chamou a atenção foram as homenagens às personalidades: do meio universitário e político internacional, nacional e local. Ora, podemos entender

as homenagens institucionais como dádivas, como dom (Mauss, 2008), ou seja, relações sociais que visam à manutenção, à consolidação e à ampliação de vínculos sociais-políticos-afetivos. Implicam, também, representações e rituais sociais. Ou seja, este estudo exigiria ver a realidade como fato social total (intercambiando com aspectos sociais, políticos, afetivos, religiosos, etc). Assim, na fundação e instalação da Universidade, ela cunhou, na Casa da Moeda, medalhas para serem distribuídas com as autoridades (ata de 12 de junho de 1947); em 4 de junho de 1948, a Universidade aprova a concessão do título de *Professor Honoris Causa* ao ministro da Educação Sr. Ernesto de Souza Campos, e, em 26 de junho de 1948, é aprovada a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao presidente da República General Eurico Gaspar Dutra. Ambos, assinaram os Decretos da criação e do estatuto da Universidade do Recife. O ex-ministro da Educação, Clemente Mariane, professor baiano, recebe o título de *Professor Honoris Causa* em aprovação em 21 de agosto de 1950. Em 19 de Janeiro de 1951, outra personalidade política recebe homenagem da Universidade: o governador Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Outro homenageado, mas que gerou dissensões, foi o ex-presidente Getúlio Vargas. O voto de pesar pelo seu falecimento não foi consenso: Oswaldo Lima pede que se registre em ata que “de maneira nenhuma está de acordo com o voto de pesar proposto pelo professor Estevão Pinto, pois, no seu entender, o Sr. Getúlio Vargas foi um homem altamente nocivo ao Brasil” (ata de 3 de setembro de 1954) – mesmo com o protesto, foi aprovado o voto de pesar com alteração: seria referido ao presidente, e não ao Sr. Getúlio Vargas.

Um dos grandes problemas que a Universidade viveu, desde sua criação, foi o financiamento insuficiente. Em primeiro de janeiro de 1947, no Diário de Pernambuco, Edgar Altino explica que a Universidade, para existir, precisará de recursos, e o Estado criará apólice para seu financiamento. Nas reuniões de março, junho e dezembro de 1947, o Conselho se dedicou à questão do orçamento, reconhecendo que os recursos eram minguados, forçando o reitor a viajar ao Rio para conversar, na Câmara dos Deputados, com a Comissão de Finanças. Em fevereiro de 1948, o reitor comunica que o governo federal solicita “redução das despesas”. A busca por recursos era uma constante. A questão do orçamento não dizia respeito somente ao volume, mas à sua distribuição. A disputa pelos recursos é um fato que precisa ser bem analisado.

Quanto ao poder interno na Universidade do Recife, valeria uma pesquisa sobre as reformas dos estatutos: distribuição de poder na estrutura organizacional, tutela estudantil, concepção de Universidade. Além disso, o estudo dos regimentos das unidades escolares nos mostraria a vida organizacional dessas últimas. Um órgão que mereceria um estudo, a Assembleia Universitária, os militares o eliminaram da organização com a reforma universitária. A sua composição era bastante democrática, pois encontramos umas 170 assinaturas, apesar de sua função ser reduzida: aprovar as contas do reitor – nunca contestadas, remendadas ou criticadas; sempre foram aprovadas por unanimidade-, indicar homenageados. Um outro aspecto da organização e do estatuto a ser pesquisado é a representação político-administrativa dos órgãos colegiados. Em relação aos estudantes, a tutela se fez vingar: os diretórios estudantis estavam subordinados ao estatuto e aos modos de representação impostos pelos catedráticos. Em 23 de março de 1948, após discussão no Conselho Universitário, os Diretórios Acadêmicos teriam que modificar seus regimentos para que coaduná-las com o estatuto, tendo sido estabelecido um prazo máximo de 180 dias – caso não cumprissem a determinação, estariam ausentes dos órgãos colegiados. Os cursos de Odontologia e Farmácia entraram na pauta do Conselho Universitário, em 16 de fevereiro de 1950, pelo motivo de reivindicarem representação na Congregação de Medicina e neste órgão. Em 24 de Janeiro, esses mesmos cursos voltam à tona por não terem Conselho Técnico-Administrativo. Em maio de 1953, os estudantes estão em greve contra a obrigatoriedade de aulas teóricas e reivindicam participar do CTA – reivindicação feita, também, na primeira greve estudantil de 9 a 19 de setembro de 1947.

Um tema recorrente no Conselho Universitário era a realização de concurso público para docente e recurso para anulação do mesmo. O professor Arsênio Tavares, da Faculdade de Medicina, fervoroso crítico do reitorado de Joaquim Amazonas, inaugura, em 17 de março de 1947, conforme a ata do

Conselho Universitário, a busca de anulação de concurso na cadeira de Histologia e Embriologia. Em 28 de abril do mesmo ano, o Conselho não aprova o recurso. Neste reitorado, conforme as atas, o último recurso para anulação de concurso foi no dia 11 de janeiro de 1957, quando Oswaldo Lima discute asperamente com o reitor, acusando-o de mudar sua posição sobre o preenchimento de vaga, o qual somente poderia ocorrer por concurso.

A discussão inicial no Conselho Universitário sobre a extensão universitária data de outubro de 1951 e foi feita pela Faculdade de Medicina. Em 12 de agosto de 1957, o diretor da Escola de Belas Artes encaminha a criação de curso extensionista, sob a responsabilidade de Paulo Freire. Esse tema é bastante relevante, pois refere-se à constituição da relação da Universidade com a sociedade. Pesquisadores atuais vêm se dedicando aos estudos extensionistas e alertando-nos do desprestígio que as universidades vêm dando à Extensão. Alguns chamam a atenção de que a democratização da Universidade se materializaria pela Extensão, outros denunciam que prevalece uma concepção assistencialista e não dialógica (e, em seu oposto, prevalece a concepção de que a universidade elabora e oferece à sociedade seus “produtos” de forma unidirecional).

Um dos pontos que merece atenção em pesquisa é a construção do campus universitário, tanto a escolha do lugar⁶ quanto a construção predial – o que terá implicações no imaginário social da “alma” e do “espírito universitário”. Essa temática tem a ver com a “identidade” universitária – sua construção –, pois a compreendemos como um processo de subjetivações (Guatarri, 1993), implicando dizer que a “instituição universitária” não foi “fundada” pelo Decreto-Lei 9.388, de 20 de junho de 1946, ou pelo seu Estatuto, Decreto-Lei 21.904, de 8 de outubro de 1946 – se o foi, foi apenas formalmente-, mas pelo processo de criação sócio-histórico. A denominação Campus Joaquim Amazonas não surgiu na Faculdade de Direito, apesar de o Reitor ser um dos seus professores, mas na Faculdade de Química, por sugestão do docente Mário Alcoforado Gesteira – data de 19 de janeiro de 1960. Quanto à construção predial, a demora na edificação do campus não se deveu, apenas, a recursos financeiros insuficientes, mas aos conflitos gerados por recursos da firma Sociedade Construtora de Edifícios Públicos LTDA contra a vencedora Moraes Rego LTDA (professor da Faculdade de Engenharia) para a construção do prédio da Faculdade de Medicina. Este assunto, bem como a construção do Hospital de Clínicas, as viagens ao Rio para tratar dos assuntos referidos anteriormente, é tratado nas reuniões do Conselho Universitário de 3 de março de 1950, de 15 de setembro de 1950, de 5 de outubro de 1950, de 3 de setembro de 1951, de 31 de março de 1952, de 9 de janeiro de 1958 e de 27 de julho de 1958.

Considerações finais

Com este pequeno artigo, procuramos demonstrar a riqueza do material coletado e sistematizado, com finalidade de banco de dados, e a potencialidade de pesquisas científicas que ainda podem ser desenvolvidas.

Diversas abordagens, focos, vasto campo teórico podem ser aplicados a este riquíssimo material publicado. Os temas do poder político interno (ao nível dos docentes, servidores e estudantes); da instituição como imaginário social (o que implica produção de conhecimento sobre a fundação e instauração da significação e significante Universidade); da organização, do currículo e avaliação educacional – mudanças e significações; da relação do golpe militar com a Universidade – reforma universitária e das práticas políticas neste tempo, financiamento e orçamento da Universidade etc

Ora, as perspectivas apresentadas aqui, respondem a uma certa variante teórica e concepcional, o que sem dúvida, incluindo outras perspectivas, ampliam o campo teórico, as amostras, o foco. Há uma vasta amplitude, ainda, inexplorada, para a produção de conhecimento científico.

⁶ Conferir o livro de Renata Cabral.

E, então, essa produção dependerá do arregaçamento de mangas dos pesquisadores e do desbloqueio ao *esquecimento* que tratamos aqui: romper com a sombra intencional e não casual que ainda persiste em percorrer os caminhos dos corredores e salas da Universidade. Esperamos, em breve, retornar para fazer um balanço, não mais, apenas, dos bancos de dados que disponibilizamos e sistematizamos, mas para avaliarmos o que já foi produzido sobre a nossa Universidade.

Bibliografia

- BRAYNER, Flávio. Apresentação. In: **Primeira greve estudantil da UFPE**. 9 a 19 de setembro de 1947. Da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia. Recife: Editora Universitária, 2010.
- CABRAL, Renata Campello. **Mario Russo: um arquiteto italiano em Recife**. Programa de Pós-graduação em Mestrado. Dissertação de Mestrado. São Carlos: USP, 2003, 291p.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária social**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.
- ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREIRE, Paulo. A propósito de uma administração. EDUFPE, 1961.
- GUATARRI, Félix e ROLNIK, Sueli. **Cartografias do Desejo**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- O PROFESSOR ARSÊNIO TAVARES fala da Universidade do Recife. Diário de Pernambuco, Recife, 10 de julho de 1946, p. 3.
- RICCEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- SANTOS, Evson M. de M. e SILVA, Talita Maria Soares. **O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário**. Recife: Editora Universitária, 2009.
- SANTOS, Evson M. de M. ET all. **Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife**. Junho de 1959 a agosto de 1964. Recife: Editora Universitária, 2010.
- SANTOS, Evson Malaquias de M. e SILVA, Talita Maria Soares da. **Reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário – 1946 a 1959**”. Recife: EDUFPE, 2009.

Anexo

“Designar os professores **Everardo da Cunha Luna**, Catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito; **Armínio de Lalor Mota**, professor emérito da Faculdade de Medicina e **Alberto de Cavalcante de Figueiredo**, Catedrático de Economia das Indústrias da Escola Superior de Química (grifos nossos), para, constituídos em comissão, sob a presidência daqueles que pelos seus membros forem escolhidos, **apurar as responsabilidades** dos servidores, docentes e administrativos lotados em todas as unidades que integram a Universidade do Recife e na Reitoria, **pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária, com amplas atribuições, a fim de proceder a todas as diligências necessárias, para isso se investindo do poder de requisitar quaisquer inquéritos ou sindicâncias em curso ou já concluídos**, pertinentes à matéria a investigar, conforme prescreve o inciso B do art 1º do referido Ato nº 9, II – a comissão assim constituída fará publicar edital estabelecendo prazo de 10 dias, improrrogáveis, para que seja apresentada representação devidamente instruída e com firma reconhecida sem prejuízo do exame de inquérito e sindicâncias requisitados no termo do item anterior; III – encerrado o prazo de 10 dias acima referido, a comissão fará as intimações individuais, a fim de que os interessados apresentem defesa num prazo de 72 setenta e duas horas.”